

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 163/164

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE NOVEMBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/196 a 208 e 211 a 215/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

514/99: De autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar, na estrutura organizacional básica do Departamento da Polícia Civil do Paraná, a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.956. **Anote-se - Arquivo-se.**

540/99: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao doutor Rached Saliba Smaka, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.957. **Anote-se - Arquivo-se.**

163/2000: de autoria do deputado Duílio Genari, que cria o “Pólo de Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e Eventos no Oeste do Estado do Paraná”, centralizando no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.958. **Anote-se - Arquivo-se.**

208/2000: De autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Reinhardt de Assistência Social - ARAS, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.959. **Anote-se - Arquivo-se.**

219/2000: De autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Renascença como o Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora da Salette, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.960. **Anote-se - Arquivo-se.**

617/99: De autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Maringá como Pólo Turístico Ecológico e Religioso - Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.961. **Anote-se - Arquivo-se.**

092/2000: De autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Fundação Sudoestina de Combate ao Câncer, com sede e foro no município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.962. **Anote-se - Arquivo-se.**

138/2000: de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a alienação do imóvel que especifica, situado em Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.963. **Anote-se - Arquivo-se.**

180/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Reviver, com sede e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.964. **Anote-se - Arquivo-se.**

209/2000: De autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Escola de Educação Especial Nova Esperança, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.965. **Anote-se - Arquivo-se.**

567/99: Do Poder Executivo, que altera a redação dos dispositivos que especifica, das Leis nºs 11.498/96, 11.970/97 e 12.215/98, através das quais foram instituídos, respectivamente, o Paranacidade, Paranaeducação e

Ecoparaná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.966. **Anote-se - Arquivo-se.**

553/99: De autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.967. **Anote-se - Arquivo-se.**

015/2000: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no município de São Pedro do Iguaçu e foro no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.968. **Anote-se - Arquivo-se.**

656/99: De autoria do deputado Cezar Silvestri, que proíbe, no Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne e derivados que contenham substâncias com propriedades anabolizantes, usadas em animais de abate para consumo humano, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.969. **Anote-se - Arquivo-se.**

360/99: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a exigência de depósito prévio para possibilitar internação hospitalar, de doente em situação de emergência, que resulte em estado de sofrimento intenso e/ou risco de vida ao paciente, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.970. **Anote-se - Arquivo-se.**

143/2000: Da CPI de Roubos de Cargas, que autoriza o Poder executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e de Cargas no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.971. **Anote-se - Arquivo-se.**

270/99: De autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), com sede e foro no município de Planalto, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.972. **Anote-se - Arquivo-se.**

631/99: de autoria do deputado Carlos Simões, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Nilso Romeu Sguarezi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.973. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/209/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/210/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 018/95, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 146/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recur-

sos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$315.430,00, para pagamento da Bolsa Criança Cidadã e a Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1010/2000, do senhor Quielse Crisóstomo da Silva, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao 2º e 3º trimestres de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 232/2000, do senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas em outubro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 452/2000, do senhor Quielse Crisóstomo da Silva, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao 1º trimestre de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2201

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam agilizadas as tramitações dos Projetos de Lei nºs 201/2000, 202/2000 e 286/2000 de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 201/2000 consta na C.C.J. desde 20 de junho com despacho em diligência para a Secretaria de Educação. O Projeto de Lei nº 202/2000 está na CCJ desde 20 de junho, aguardando designação do relator. Quanto ao Projeto nº 286/2000 encontra-se na CCJ desde 31 de agosto, aguardando despacho do relator.

Entendemos oportuna esta nossa solicitação para que os mencionados projetos possam figurar na Ordem do Dia dos trabalhos ainda no presente exercício.

REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitadamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 022/2000, que “Proíbe o corte da Araucária Angustifolia (Pinheiro Símbolo do Paraná) na sua condição natural, em todo o território do Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 267/99, item 01, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Ademir Bier, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 141/2000, item 08, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Tony Garcia, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de lei nº 653/99, item 03, em 2ª discussão, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 382/96, de minha autoria que autoriza o Poder Executivo a instituir junto às empresas concessionárias de linhas intermunicipais de passageiros, Metropolitano e sistema integrado de transporte coletivo (RIT) no âmbito do Paraná, o passe escolar para estudantes de 1º, 2º e 3º graus.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 213/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 420/99, de iniciativa do deputado Hermas Brandão, que foi enviado à sanção no último dia 11/07/2000.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2247

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Ana Marilene Rech Serenato, ocorrido dia 18 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua São Paulo, s/nº, CEP 86860-000 - Jardim Alegre - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2248

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o registro, nos Anais desta Casa do falecimento da senhora Lucia Manosso, ocorrido no dia 13 de novembro passado.

Que, da decisão, se dê ciência ao seu esposo Faustino Manosso, residente à Avenida Manoel Ribas, 8064, CEP 82400-000, através deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Manguierinha, pela passagem do seu 54º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Elídio Zimerman de Moraes, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Sebastião Brandoli Chaves, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de Manguierinha.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a população de Manguierinha irá comemorar, no próximo dia 30 mais um aniversário da emancipação política do município.

Trabalhando sempre lado a lado, administração municipal e população conseguirão dias melhores, pois é através desse trabalho integrado, da união de forças, que se poderá construir uma cidade mais digna e mais justa e um invejável progresso.

O companheirismo, a lealdade e o espírito de luta de todos contribuirão para fazer de Mangueirinha um grande município para a felicidade e o bem-estar de seu povo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, sente-se honrada em parabenizar a laboriosa e honesta população de Mangueirinha nesta significativa data de 30 de novembro de 2000.

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações, pelo transcurso, no dia 16 de novembro último, dos 36 anos de existência do Departamento de Polícia Federal no Brasil.

Requer, ainda, se dê ciência deste requerimento ao doutor Agílio Monteiro Filho, Diretor Geral do DPF (SAS, Qd. 6, Bloco A, Edifício Sede/DPF, 70070 - 100, Brasília-DF), e ao senhor Luiz Bertrand Melzer, Superintendente Regional Interino do DPF no Paraná (Rua Ubalino do Amaral, 321, CEP 80060-190, Curitiba - Paraná)

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

As origens da Polícia Federal remontam a março de 1944, quando a Polícia do Rio de Janeiro, então Capital da República, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública. Apesar de trazer em seu nome a expressão federal, no que dizia respeito a segurança pública, atuava apenas na área do Distrito Federal, agindo em nível nacional tão somente na questão da polícia marítima, aérea e fronteiras.

Em meados de 1946, as atribuições do mencionado departamento foram estendidas para todo o território nacional em alguns casos, como o comércio clandestino de entorpecentes e crimes contra a fé pública, quando de interesse da Fazenda Nacional. Porém, com os poderes adquiridos pelos Estados para atendimento de suas necessidades de governo e de administração, através da Constituição Federal promulgada em setembro daquele ano, entendeu-se como uma limitação dessa autonomia a existência de um órgão de segurança com atuação nacional.

Com a mudança da Capital Federal para Brasília, em 1960, o DFSP também transferiu sua sede para lá, reestruturando-se com base nas polícias da Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, passando a ter, efetivamente, atribuições em todo território brasileiro a partir de 16 de novembro de 1946, data da edição da Lei nº 4.483 e até

hoje comemorada. Em 25 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 200, o DFSP trocou o nome para Departamento de Polícia Federal.

Atualmente, com uma estrutura moderna e funcional, o DPF, tem excelente desempenho, que permite planejamento, coordenação e controle centralizados e execução descentralizada, além de favorecer a integração com os diversos órgãos da administração federal.

A Direção Geral conta com órgãos técnicos e de apoio, em Brasília, incumbidos das tarefas de planejamento, coordenação e controle. As atividades de execução são realizadas pelas Superintendências Regionais, Delegacias de Polícia Federal, Postos Avançados, além das bases fluviais e terrestres.

Em razão, portanto dos inúmeros serviços prestados pelos valorosos integrantes do Departamento de Polícia Federal no âmbito federal e especialmente no Estado do Paraná, queremos, com o apoio dos nobres Parlamentares, deixar registrada nossa homenagem, nossos parabéns pela coragem e denodo no cumprimento do dever, bem como nossos votos de que continuem com sucesso na luta em defesa da segurança nacional e na busca de um país melhor para as novas gerações.

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Povo, pela comemoração de 10 anos da Coluna “Céu do Paraná”.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Coluna “Céu do Paraná”, publicada diariamente no Jornal Gazeta do Povo, completou em data de ontem, domingo, 10 anos de existência.

Em uma década, os leitores do jornal puderam acompanhar 3.650 mapas celestes, com a posição das estrelas e planetas, feitos pelo professor José Manoel Luis Ungaretti da Silva, diretor astrônomo do Observatório Astronômico e Planetário do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba.

Muitas são as mudanças que marcam a coluna desde a sua fundação e primeira publicação - em 19 de novembro de 1990. Em janeiro de 2000 os mapas passaram a ser coloridos. A confecção dos mapas que se tornou referência para estudantes, chegava a ser feita em três horas, no início da década de 90. Os cálculos para determinar a posição dos astros eram feitos à mão e o mapa celeste era desenhado em papel vegetal. Atualmente, os programas de computador já fazem os cálculos necessários e facilitam na montagem do material, que dura menos de cinco minutos.

Pela gloriosa comemoração de seus 10 anos de Coluna “Céu do Paraná” receba o Jornal Gazeta do Povo

(Praça Carlos Gomes, 4 - Centro - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2205

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Primeira Hora, pelo seu lançamento, em data de hoje.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Curitiba está conhecendo um novo jornal, com o lançamento do Jornal Primeira Hora, um exemplo de inovação.

Antes mesmo do lançamento, o Jornal Primeira Hora foi destaque entre os paranaenses - a escolha do nome reuniu nada menos que 380 mil pessoas, que enviaram suas sugestões, num concurso que envolveu centenas de milhares de cidadãos de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba, que abriga em torno de 2,4 milhões de habitantes. No total, ao final do concurso, foram computados mais de 800 mil votos nos nomes propostos e demais sugestões das pessoas interessadas.

O Jornal, cujo primeiro número circula hoje, saiu com 32 páginas. Com a principal missão de atender aos principais anseios da população da Região Metropolitana de Curitiba, vemos em suas páginas notícias, esportes, serviços, reportagem das mais diversas, variedades, além de notícias do Brasil e do mundo, tudo voltado para as necessidades da população e de como o Poder Público deveria atendê-las.

Com a finalidade primordial de atendimento do público, o Primeira Hora montou uma equipe de jornalistas atentos e fez amplo trabalho de pesquisa, no qual procurou detectar que tipo de jornal as famílias gostariam de ler. Para ampliar o interesse do leitor, foram abertos espaços onde o próprio cidadão escreve cobrando das autoridades, mostrando com fotos os problemas do seu bairro e nas páginas esportivas ele é o principal comentarista das principais partidas.

Para que tudo isso chegasse bem cedo às bancas o Primeira Hora conta com uma solução ousada para o problema: um moderno sistema editorial, cujos computadores permitem elaboração rápida das reportagens, trabalho instantâneo dos jornalistas numa mesma página e transmissão imediata de fotos e textos.

Com um formato que permite fácil leitura, fácil manuseio e fácil transporte, o Jornal nasceu bem ao gosto do público - que foi consultado em tudo, além de ser feito com o apoio dele e só pensando nele. Com o lema "O Jornal que se preocupa com Você", o Primeira Hora vem atender uma lacuna que existia em Curitiba e Região Metropolitana.

Pelo lançamento do Jornal Primeira Hora, receba sua equipe de trabalho, através de seu diretor Eugênio

Araújo (Rua José Loureiro, 282, CEP 82010-1000, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Grupo Escoteiro Nossa Senhora das Vitórias, pela comemoração de seus 10 anos.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escoteiro Nossa Senhora das Vitórias, comemorou seus 10 anos de fundação.

Fundado por Zózimo da Silva, Hermes Froes Filho e Eliane do Rocio Herz Girardello, em data de 20 de outubro de 1990, contavam à época com aproximadamente 49 participantes, entre jovens e adultos.

O Grupo Escoteiro possui sua sede própria, com área construída de 330 m2, em terreno cedido pela Fundepar em regime de comodato, local onde reúnem-se semanalmente, aos sábados das 15:00 às 17:30 horas.

Da fundação para cá o grupo cresceu, contando hoje com aproximadamente 70 integrantes, com a seguinte composição:

- Lobos: de 07 a 10 anos e meio, tropa mista.

- Escoteiro: de 10 anos e meio à 14 anos e meio, tropa mista.

- Sênior: de 14 anos e meio à 18 anos, tropa mista.

O grupo desenvolve atividades diversas, sempre dentro do lema "Aprender Fazendo e Amar a Deus, à Pátria e ao Próximo". Na sede do grupo são desenvolvidas atividades educacionais (jogos, orientação de primeiros socorros, cozinha, limpeza, higiene, convivência em grupo e divisão de tarefas). São desenvolvidas também atividades externas como acampamentos e jornadas com o objetivo de orientar o jovem em educação, pois a finalidade é o complemento na educação e na formação do caráter.

Além do lema do Grupo Escoteiro, a instituição orienta seus integrantes a conviver em coletividade, respeitar a fauna e a flora (meio ambiente) e praticar todo o dia uma boa ação.

Ao Grupo Escoteiro Nossa Senhora das Vitórias (Rua Joaquim Macau, nº 09, Boqueirão, CEP 81670-270, Curitiba), pela gloriosa comemoração de seus 10 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

FESP - Fundação de Estudos Sociais do Paraná, pela comemoração de seus 63 anos.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), mantenedora do Instituto de Ciências Sociais do Paraná (ICSP) comemorou 63 anos de fundação com o lançamento da revista bimestral O Farol.

A FESP foi fundada em 1937, sendo uma das primeiras Faculdades de Curitiba. As suas primeiras instalações estavam localizadas na Rua Cândido Lopes, na antiga Faculdade de Plácido e Silva, comprada pelo professor Joaquim de Almeida Peixoto para fundar a FESP. Só a partir de 1964 é que se transferiu para o endereço atual.

Atualmente a FESP conta com mais de 2500 alunos matriculados nos 7 cursos de graduação e 12 de pós-graduação, oferecidos em várias áreas as (??) Ciências Sociais. Por ela já passaram várias personalidades ligadas à política da cidade e ao meio empresarial.

Pela comemoração de seus gloriosos 63 anos de fundação, receba a FESP - Fundação de Estudos Sociais do Paraná (Rua General Carneiro, 216 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao jornalista Leônidas Antonio Rodrigues Dias, pelo aniversário de 15 anos do Jornal Folha de Tamandaré, órgão oficial de diversos municípios da Região dos Minérios, de ininterrupta circulação e de grande prestígio em toda região.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rolândia, nº 70 - CEP 82.560-110 - Estrito Ahú, Curitiba / PR.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento da Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, votos de congratulações, pelos 25 anos de fundação da Escola Profissional e Social do Menor de Londrina - Epesmel, comemorado em data de 17 de novembro próximo passado.

Requer ainda, que seja dada ciência ao padre Lídio Roman, diretor da Epesmel, sito à Rua Angelina Ricci Vezozzo, 85 - Parque das Indústrias Leves, Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Em 1973, um grupo cristão se reuniu na casa paroquial da Catedral de Londrina, com o intuito de fundar uma escola para crianças e adolescentes carentes. O grupo era formado pelos senhores: Nilo Frazão, Joaquim de Carvalho, doutor Walter Barroso, Darci Ramires de Paula, Arnaldo dos Santos, doutor José Richa e padre Grei, e tinham como principal objetivo prestar assistência ao menor carente, permitindo a sua interação na sociedade, com preparação técnica, moral e espiritual, tornando-os aptos para uma vida digna e mais humana.

Em 20.06.74, o grupo fundou a Escola Artesanal do Menor de Londrina, inspirado em uma escola modelo de São José do Rio Preto. Essa escola foi instalada na BR-369, Parque das Indústrias Leves, em terreno doado pelo doutor José Richa, prefeito municipal da época.

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental foi realizada em 17.11.74, com a presença de diversas autoridades: doutor José Richa, prefeito municipal; dom Geraldo Fernandes, arcebispo de Londrina; padre Antonio Dellóro, diretor da Escola de Amparo ao Menor de São José do Rio Preto e demais autoridades locais.

Nessa mesma época, a convite de dom Geraldo Fernandes, a escola passou a ser coordenada pela Congregação dos Josefinos de Murialdo e dirigida pelo padre João Bonetto, passando a chamar Escola Profissional e Social do Menor de Londrina - Epesmel.

A escola passou a oferecer cursos de tipografia, sapataria e marcenaria.

Com o tempo, a coordenação da Epesmel começou a sentir necessidade de um setor administrativo, que foi instalado através de doação feita pela família Vezozzo, recebendo o nome de Centro Administrativo Dona Nica Vezozzo.

Em 29.09.78, foram inauguradas as quadras polivalentes ao ar livre.

Ao final de março de 1980, foi construído o pavilhão da marcenaria com recursos doados pelo então governador doutor Jaime Canet Júnior.

O ginásio de esportes coberto foi inaugurado em 1981, com recursos doados pela senhora Helena Ometo Torres.

Em 1981, o Estacionamento Regulamentado Zona Azul ficou sob a responsabilidade da Epesmel, empregando cerca de 234 adolescentes entre 16 e 18 anos.

A Epesmel foi construída aos poucos, através de doações de órgãos públicos e privados e de pessoas da comunidade. Hoje, constituída de 03 pavilhões, centro administrativo, refeitório, ginásio de esportes e quadras polivalentes ao ar livre, oferecendo outros cursos nas áreas de treinamento comercial, costura industrial, torneiro mecânico, eletricidade, serigrafia, computação gráfica, informática, reforço escolar e zona azul em dois turnos, prestando assistência a 1021

crianças e adolescentes, que recebem alimentação, esporte, lazer, atendimento psicológico, médico e odontológico, material didático, formação cristã, aulas complementares de música e canto e trabalhos manuais.

Em alguns cursos, foram firmados convênios com o Senai e Senac, visando preparar melhor os alunos para disputarem o mercado de trabalho.

A Epesmel merece todo o nosso respeito e admiração pelos trabalhos que vem realizando ao longo desses anos, proporcionando as crianças carentes a chance de se prepararem profissionalmente, em busca de um futuro melhor.

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à União dos Escoteiros do Brasil, pela inauguração de sua nova sede nacional, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A União dos Escoteiros do Brasil, no último final de semana, inaugurou a sua nova sede nacional em Curitiba. O escritório da organização já está há mais de um ano na Capital, mas a partir de agora passa a funcionar em uma sede própria, no bairro Alto da Glória.

A sede da UEB anteriormente era localizada em Brasília. Uma das razões da transferência da organização para Curitiba, em setembro do ano passado, é a posição estratégica da cidade nas regiões Sul e Sudeste, onde está concentrado o maior número de escoteiros do Brasil.

Em todo o mundo existem 28 milhões de escoteiros, cerca de 60 mil deles no Brasil. Só no Paraná são 6,5 mil e em Curitiba são 3 mil. Ao todo são mais de 1000 grupos no País, sendo 100 no Paraná e 35 em nossa Capital.

A estrutura da nova sede vai beneficiar esse efetivo em muitos aspectos, desde o fornecimento de materiais do movimento, até o espaço para reuniões e organização de partidas para viagens.

Pela importante inauguração, receba a União dos Escoteiros do Brasil, através de seu presidente Marcos Carvalho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Iguazu, pela comemoração de seu 12º aniversário.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Gazeta do Iguazu comemorou seu décimo segundo aniversário. Fundado em 11 de novembro de 1988, quando o município de Foz do Iguazu estava em pleno crescimento, o Jornal Gazeta do Iguazu conquistou não só a cidade, mas também a região e o Estado.

Desde a sua primeira edição, a Gazeta do Iguazu procura ser um porta-voz independente da imensa população que atinge, publicando em suas páginas, notícias da região, sejam elas positivas ou negativas.

Na época de sua fundação, o jornal era feito manualmente e a redação era movida à máquinas de escrever. Mais tarde, o jornal passou a ser digitado em um “moderno” computador 186. De lá para cá muita coisa mudou na cidade e o jornal, que teve sua elaboração muito mais agilizada, o que traduziu-se em qualidade e rapidez. O jornal, desde o ano anterior, também faz parte da Internet.

A Gazeta do Iguazu possui leitores em todas as camadas sociais da região e para contentá-los não mede esforços, buscando sempre ser exemplar em seu trabalho, trilhando com firmeza e dedicação o caminho do presente, com os olhos voltados para o futuro.

Com uma excelente equipe de trabalho, traz em suas páginas os editoriais Geral, Política, Estadual, Cidade, Mercosul, Turismo, Nacional, Internacional e as diferentes colunas. Como um veículo de comunicação sério, conquistou o respeito dos leitores, destacando-se como um dos principais do município e região.

Pela comemoração de seu décimo segundo aniversário, receba o Jornal Gazeta do Iguazu, através de seu diretor José Bento Vidal (Rua Marechal Floriano, 1210 - Foz do Iguazu / PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à primeira Diretoria eleita da Associação dos Amigos da Catedral Basílica Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, desta Capital.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos da Catedral Basílica Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, de Curitiba, empossou sua primeira Diretoria eleita.

A entidade foi fundada em 19 de agosto e conta com a participação de mais de 50 pessoas, que buscam a preservação do patrimônio cultural e histórico as edificações da Igreja. A intenção é de que o trabalho seja ampliado, não se detendo apenas à restauração da igreja, mas também com o desenvolvimento de trabalhos sociais.

A catedral está desenvolvendo estudos para construir uma casa de apoio aos dependentes químicos e uma casa de convivência para surdos, o que terá ajuda desta Associação.

À toda a nova Diretoria eleita, com desejos de muito sucesso em toda a sua gestão, através do presidente, Padre Pedro Vilson Alves de Souza Filho (Catedral de Curitiba, Praça Tiradentes, s/nº, Centro, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à TV Paranaense, Canal 12, por ter sido agraciada com o prêmio Melhor Desempenho Empresarial do Brasil.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A TV Paranaense, canal 12 recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de Melhor Desempenho Empresarial do Brasil. A iniciativa é do Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos (IMIC) da Bahia.

O IMIC instituiu a premiação há cerca de 17 anos e a TV Paranaense é a única, entre todas as empresas do Brasil que participaram da avaliação, que recebeu o título de melhor Desempenho Empresarial por quatro anos consecutivos. Isso demonstra o elevado nível da TV Paranaense, já que para a eleição foram avaliados uma série de dados como rentabilidade, balanço e o desenvolvimento das vendas. Os critérios para a escolha são puramente técnicos como a saúde financeira e a competitividade das empresas.

Ao longo de todos estes 17 anos de premiação, para as empresas que a recebem, tem o significado de conquista de um atestado de competência, agilidade e muita criatividade para enfrentar os momentos de crise econômica brasileira. O prêmio consiste num troféu, que foi adotado em 1898 (em substituição a um certificado) e hoje é tido como referência, que caracteriza a boa performance e a saúde financeira das empresas.

REQUERIMENTO Nº 2251

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações e louvor à Diretoria, técnico e jogadores do Malutron pela excelente campanha no Campeonato Brasileiro, se consagrado campeão na sua divisão especial.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2252

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor Renato Folador Júnior, secretário especial de previdência do estado do Paraná, e ao senhor Miguel Salomão, diretor presidente da ParanaPrevidência, solicitando que sejam revitalizados os serviços médico-hospitalares, desenvolvidos pelo antigo IPE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná), concedendo-lhe autogestão, equipando o ambulatório e enviando-o com planos de saúde, para que tenha as condições necessárias para dar atendimento adequado aos servidores públicos do Paraná.

O referido requerimento se justifica pelo completo abandono em que se encontra o Ipe, e por decorrência o péssimo atendimento que está sendo dado aos funcionários públicos estaduais devido às precárias condições dos equipamentos, instalações e demais meios necessários para um razoável atendimento médico-hospitalar.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A., Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Luzia Cerli Vieira, residente na Rua Cassemiro Tobias Oldakowski nº 137, bairro Pinheirinho, que pede a instalação de um terminal telefônico, bem como a previsão de atendimento, cuja inscrição foi feita há 04 (quatro) anos, de nº 981488, através do CPF 804.249.459-91. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 349-9143 (recados com a vizinha Juraci).

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Cipriano Gomes da Silveira e proximidades, Vila São Paulo, bairro Xaxim, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos e roubos nas residências, durante o período noturno e diurno. Os moradores estão muito apreensivos e aterrorizados com a facilidade de ação dos assaltantes, pois mesmo com pessoas na casa os mesmos invadem suas propriedades.

Uma moradora teve sua residência roubada 03 (três) vezes, sendo a última ocorrência no final de semana passado, oportunidade esta em que praticamente levaram tudo o que lhe pertencia. Muitas residências estão à venda face a falta de segurança no bairro. Nas proximidades existe uma favela, a qual tem causado muitos problemas para a comunidade, necessitando também de policiamento. Uma gangue, denominada Comando do Xaxim, depois de praticar os roubos, deixa sua marca gravada em muros e residências.

Face o exposto, pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na linha de ônibus Jardim Gramados, Almirante Tamandaré, tendo em vista que ocorreram assaltos diários aos cobradores, principalmente no horário das 10:00 horas. Os usuários encontram-se apreensivos e solicitam segurança, a fim de que seja evitado algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila Rex, bairro Xaxim, mais especificadamente na Rua José Molenda, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos. Nas proximidades existe um telefone público, onde os assaltantes disfarçam que estão telefonando e quando menos se espera, assaltam as pessoas que pelo local transitam. A situação tem deixado os moradores muito apreensivos, motivo pelo qual eles pedem, com a máxima urgência, tal policiamento e desta forma, inibir a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2227

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Câmara Municipal de Formosa do Oeste, Paraná, para que informe a esta Casa e a este deputado, sobre o andamento da Comissão Especial de Inquérito nº 0001/99, junto ao Ministério Público e ao Poder

Judiciário, bem como sobre as medidas administrativas e políticas adotadas pelos nobres edis com relação às irregularidades.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A todo dia nos chegam denúncias de malversação do dinheiro público, sobretudo com relação a pagamentos de notas frias, superfaturamento de obras, irregularidade na aplicação dos recursos da educação (Fundef). Diante disso e por querer moralizar e evitar escândalos com o dinheiro público, estamos acompanhando os processos junto ao Ministério Público e pleiteando junto ao Poder Judiciário uma Câmara Especial de julgamento de Prefeitos.

Esta Câmara Especial seria similar à que funciona no Rio Grande do Sul, em que já mandou 14 prefeitos para a cadeia, por ter agilidade, especialidade e por evitar que a burocracia e a chicana advocatícia permita que vilipendiadores do dinheiro público continuem atuando na política.

REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, Lubomir Antônio Ficinski Dunin, solicitando a liberação da última parcela do Programa Paraná Urbano, para o município de Ponta Grossa, antes do término do Programa, anunciado pelo governo do Estado.

Tais recursos são extremamente necessários para a conclusão de várias obras fundamentais e de desenvolvimento para a população pontagrossense.

Certo de poder contar com vossa atenção e pronto atendimento, reitero votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2214

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo senhor José Tavares, conforme segue:

01 - Quantos veículos foram entregues nos últimos 06 (seis) meses à Polícia Militar em todo o Estado?

02 - Quais os municípios contemplados com esses veículos?

03 - Quais os modelos entregues a cada município?

04 - Os veículos foram comprados com recursos orçamentários, ou são locados por empresas terceirizadas?

05 - Se foram locados, quais as empresas responsáveis pelo fornecimento desses veículos e qual o custo mensal dos mesmos?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO Nº 2215

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Ingo Hübert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações quanto às operações de antecipação de ICMS:

- qual o custo financeiro das antecipações;
- qual o prazo para devolução ou amortização do débito pelos créditos de ICMS que o Estado tem junto ao contribuinte; e

- se todas as operações foram feitas mediante as mesmas condições ou se houve condições diferenciadas de contribuinte para contribuinte.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em face da divulgada operação de antecipação do ICMS pela imprensa, e tendo em vista as declarações do secretário Giovani Gionédís em entrevista no Jornal O Estado do Paraná, de 10.03.2000, onde disse: “Tudo foi feito dentro da mais absoluta legalidade. Não se trata de operação de crédito. É uma operação entre contribuinte e Estado que está prevista no Código Tributário Nacional e não precisa passar pelo Senado e nem pelo Banco Central. E em nenhum momento compromete a capacidade de endividamento do Estado”, é que venho solicitar tais informações, visto que, em momento algum, a Secretaria da Fazenda citou, de forma clara, a legislação que assegura tal operação.

Tendo, no mês de março deste ano, buscado estas informações e recebido a negativa deste Plenário, peço licença aos companheiros deputados para reapresentar este requerimento.

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar as operações realizadas pela Secretaria da Fazenda, senhor presidente, senhores deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2216

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Ingo Hübert, secretário de

Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações quanto a créditos de ICMS:

- quantos contribuintes possuem créditos de ICMS junto ao Estado; e

- qual o valor distribuído, por área de atividade, segundo a classificação da própria Receita Estadual.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERRERA

JUSTIFICATIVA:

Tendo, no final do ano passado, buscado estas informações e recebido a negativa deste Plenário, peço licença aos companheiros deputados para reapresentar este requerimento.

Em face de constantes reclamações de empresários paranaenses que, impossibilitados de fazer uso do referido crédito, recorrem a outros Estados que vêm honrando com estes créditos, provocando, desta forma, concorrência desleal, com prejuízos para o Paraná e ao próprio esforço do Estado em ampliar as atividades econômicas, é que venho solicitar tais informações.

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar as operações realizadas pela Secretaria da Fazenda, senhor presidente, senhores deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre o valor das operações que o Banestado transferiu para o Tesouro do Estado, dentro da renegociação dos créditos junto ao Banco Central, e quais os tipos de empréstimos realizados, inclusive pessoa física e jurídica.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em relação ao montante e a gravidade que isto trará ao futuro das finanças do Paraná, é de fundamental interesse desta Casa e da sociedade paranaense que conheçamos a natureza desses créditos e onde, efetivamente, passaram-se a alojar.

O banco está prestes a viver um processo de privatização e estas informações não podem ficar no conhecimento apenas de uma pequena parcela da população (autoridades), pois terão um peso muito grande no futuro deste Estado.

Para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo senhor Quielse Crisóstomo, Mui Digno presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando que disponibilize informações técnicas relativas à avaliação econômico-financeiro que definiu o preço mínimo de venda do Banco do Estado do Paraná Banestado. Tal pedido é baseado na constatação de que em semelhante avaliação realizada no Banespa, verificou-se a utilização de critérios e procedimentos incompatíveis com a boa técnica necessária na avaliação daquela instituição.

Colocado dessa forma levanta-se a suspeição de que os mesmos critérios devem ter sido utilizados na avaliação do Banestado, tendo em vista que um dos consórcios que participou na avaliação do Banespa e o mesmo que participou da avaliação do Banestado.

Com a disponibilização dessas informações, pretende-se evitar que critérios inadequados utilizados tanto na projeção do fluxo de caixa, quanto na definição da taxa de desconto para os próximos dez anos, utilizados com critério, através do método “fluxo de caixa descontando (DCF)”, venham trazer prejuízos ao Estado do Paraná provocando semelhantes erros aos constatados na avaliação do Banco Banespa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ZUK
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2239

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando que forneça cópia dos contratos firmados entre governo estadual e governo federal, quando deu-se o adiantamento dos royalties da Hidrelétrica de Itaipu.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ZUK
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, sobre recente decisão do Confaz, que trata de mudança da base de cálculo de ICMS sobre combustíveis, no sentido de enviar a esta Casa de Leis, cópia de instrumentos legais adotados pela Sefaz, que ajustaram a adesão do Estado do Paraná a decisão do Confaz, às exigências da Lei nº 101 de maio do corrente ano.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ZUK
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre o valor pago ao leiloeiro do Banestado em leilão realizado no dia 17 de outubro do corrente, bem como sobre os procedimentos adotados para sua escolha.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ZUK
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2242

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando que forneça cópia dos contratos celebrados com as instituições que foram responsáveis pela avaliação patrimonial e definição do preço mínimo para o leilão do Banestado, realizado no dia 17 de outubro próximo passado.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ZUK
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2243

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando que forneça cópia da documentação referente aos contratos de empréstimos contraídos junto ao Banco Central do Brasil para o saneamento do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

1. Consideramos ser necessário que a Assembléia Legislativa tome conhecimento das informações solicitadas, em razão da importância dos fatos, tendo que o Banestado é sem dúvida um dos mais importantes patrimônios do Paraná.

2. Consideramos ainda que os documentos solicitados venham esclarecer assuntos como os veiculados pela imprensa paranaense, que trazem informações, de que o Banestado terá que pagar multa de alto valor gerado em função do atraso em sua privatização.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUIZ CARLOS ZUK

NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2244

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando que disponibilize os laudos técnicos relativos à avaliação econômico financeiro que definiu o preço mínimo de venda do Banco do Estado do Paraná - Banestado. Tal pedido é baseado na constatação de que em semelhante avaliação realizada no Banespa, constatou-se a utilização de critérios e procedimentos incompatíveis com a boa técnica necessária na avaliação daquela instituição.

Colocado desta forma levanta-se a suspeição de que os mesmos critérios devem ter sido utilizados na avaliação do Banestado, tendo em vista que um dos consórcios que participou na avaliação do Banespa e o mesmo que participou da avaliação do Banestado.

Com a indisponibilização dessas informações, pretende-se evitar que critérios inadequados utilizados tanto na projeção do fluxo de caixa, quanto na definição da taxa de desconto para os próximos dez anos, utilizados como critério, através do método "fluxo de caixa descontado (DCF)", venham trazer prejuízos ao Estado do Paraná provocando semelhantes erros aos constatados na avaliação do Banco Banespa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUIZ CARLOS ZUK

NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2245

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de Pedido de Informações ao presidente da Copel, sobre o acerto final de contas da construção da Usina de Salto Caxias, com a DM Construtora, bem como planilhas de custos, cálculo dos ganhos financeiros do acerto e forma de pagamento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI

NEREU MOURA

ANTONIO ANNIBELLI

LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2246

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo senhor secretário de Comunicação Social do Estado do Paraná, com relação à empresa GW Comunicações, de propriedade do senhor Viane Pinheiro, sendo sabido que sua empresa presta serviços ao governo do Estado do Paraná.

01. Quantos contratos a GW Comunicações cumpriu, ou estão em andamento com o Poder Executivo do Estado do Paraná, no que diz respeito à administração pública direta, indireta e empresas vinculadas ao governo, começando no ano de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, sucessivamente?

02. Quais os valores estabelecidos para cada um dos contratos, assinados entre a GW Comunicações e o atual governo estadual em sua administração direta, indireta e empresas vinculadas, além das agências de propaganda, chamadas para executarem esses contratos publicitários?

03. Quanto cada uma dessas empresas de execução recebeu por ano, no período de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000?

04. Sendo que a GW Comunicações está no mercado há alguns anos, qual foi o crescimento da empresa no período compreendido entre os anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000?

05. Compreendido o contexto da empresa de comunicação a GW, tem algum outro ramo de atividade ligado a outras áreas comerciais?

06. Se positivo, quais são as áreas?

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ZUK
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando que forneça cópia dos contratos celebrados com a Bolsa de Valores do Estado do Paraná, para leiloar o Banestado, no dia 17 de outubro do corrente.

Neste pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2253

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, senhor Ingo Hubert, solicitando que forneça a relação dos contratos celebrados pelo Estado do Paraná com as instituições financeiras que envolvam ações da Copel dadas em caução, ou garantias a tais operações, seus valores e datas dos respectivos vencimentos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Os Artigos 5º, 6º, 7º e 8º da Resolução nº 159/90, passam a vigorar conforme redação a seguir:

“Art. 5º - Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível, sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição simultânea do presidente, dos três vice-presidentes e dos cinco secretários.

§ 1º - A eleição do presidente importará a dos vice-presidente e dos secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 2º - Depois de proclamar os eleitos, o presidente das primeiras sessões dará por finda a sua incumbência.

Art. 6º - Os membros da mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo Único - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Art. 7º - Proceder-se-á a eleição da Mesa Executiva para o terceiro e quarto anos da mesma legislatura, até o dia quinze de dezembro do segundo ano de cada legislatura, sob a presidência da Mesa Executiva, em dia e hora determinados pelo presidente.

§ 1º - Havendo quorum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º - A eleição do presidente, importará a dos vice-presidentes e a dos secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura.

Art. 8º -...

I -...

II - cédulas impressas ou datilografadas contendo, cada uma, somente os nomes dos candidatos e os cargos aos quais concorrem, respectivamente.

III -...

IV -...

V -...

VI -...

VII -...

VIII -...

IX -...

X -...

XI - realização de segundo escrutínio, com as duas composições de candidatos à Mesa Executiva, mais votadas, quando no primeiro, não se alcançar maioria absoluta.

XII - eleição da composição de candidatos à Mesa Executiva a qual pertencer o candidato a presidente mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) ALGACI TULIO, GERALDO CARTÁRIO,
TONY GARCIA, AUGUSTINHO ZUCCHI,
MARCOS ISFER, ADEMAR TRAIANO, NEL-
SON GARCIA, MOYSÉS LEÔNIDAS, ANTO-
NIO CARLOS BELINATI, CESAR SILVESTRI,
HERMAS BRANDÃO, BERALDIN, VALDIR
ROSSONI, LUIZ FERNANDES DA SILVA

LITRO, BASÍLIO ZANUSSO, LUIZ CARLOS ZUK, SÉRGIO SPADA, MILTINHO PUPIO E RICARDO MAIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam transferidas a guarda e operação dos helicópteros de propriedade do governo do Estado que prestam serviços a Casa Militar, sendo 01 (um) para Comando da Polícia Militar e 01 (um) para a Diretoria Geral da Polícia Civil.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor dentro de quarenta e oito horas de sua aprovação conforme o Artigo 123 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa melhorar a estrutura das Polícias Militar e Civil no combate ao crime em todo o Estado, uma vez que possuímos 02 duas aeronaves que prestam serviços atualmente a Casa Militar. Tal medida se faz necessária a uma vez que a utilização desses equipamentos se torna mais efetiva para a sociedade no combate a criminalidade que cresce assustadoramente na sociedade paranaense.

O atual uso dos helicópteros sob a guarda da Casa Militar se dá em atividades de rotinas da administração do Estado do Paraná. Acredita-se que no Comando da Polícia Militar e na Diretoria Geral da Polícia Civil o uso dessas aeronaves será muito mais racional nas ações para as quais estão aptas a desempenhar o papel de combate a criminalidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 390/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Centro Administrativo Regional de Maringá, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Centro Administrativo Regional sediará todos os núcleos regionais das secretarias, autarquias e vinculadas, existentes na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Maringá sedia atualmente a Claspas, Codapar, Detran, Ipe, Ipa, Ipem, Secretaria de Agricultura, Emater, Secretaria dos Transportes, Decom, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Criança, Secretaria da Educação, Tecpar, Secretaria do Esporte e Turismo, Secretaria da Saúde e Suderhsa. Estes órgãos encontram-se espalhados pela cidade, em diferentes pontos, o que dificulta sobremaneira a vida dos usuários que necessitam fazer uma verdadeira peregrinação para poderem resolver seus problemas.

Quanto ao custo desta estrutura toda é bastante elevado, ou seja, são gastos aproximadamente R\$13 mil com aluguel, R\$32 mil com segurança, R\$18 mil com contrato de limpeza, R\$11 mil com energia elétrica, R\$1 mil com água e esgoto e R\$25 mil com fax e telefone, totalizando um custo mensal de R\$100 mil.

Acreditamos que com a criação do Centro Administrativo Regional de Maringá teremos uma redução considerável de valores e um atendimento centralizado, o que facilitaria o dia-a-dia dos usuários.

Nossa sugestão é de que o antigo prédio do IBC - Instituto Brasileiro do Café, armazém anexo a nova estação rodoviária, seja destinado a abrigar o Centro, objeto do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 391/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento da taxa de água cobrada pela Sanepar às Vilas Rurais já existentes, desde que as mesmas tenham atividades direcionadas à agricultura.

Art. 2º - Autoriza ainda a perfuração de poços artesianos e implantação de sistema de captação dos recursos hídricos naturais, destinados a irrigação, quando da instalação de saneamento básico em Vilas Rurais novas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa isentar do pagamento da taxa de água cobrada pela Sanepar as Vilas Rurais já existentes, desde que destinadas especificamente a atividades agrícolas.

Determina ainda o projeto em tela, a perfuração de poços artesianos e a implantação de sistema de captação de recursos hídricos naturais nas Vilas Rurais novas.

Grande parte das Vilas Rurais de nosso Estado constituem-se de produtores de hortifrutigranjeiros, atividade esta que demanda em grande consumo de água, onerando assim tanto o bolso do produtor quanto

do consumidor que automaticamente paga pela água consumida.

Cabe ressaltar ainda que muitas Vilas Rurais são dotadas de recursos hídricos naturais próximos, o que facilita a instalação de sistema de captação para irrigação.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Registramos a presença do vereador eleito, de Paranaguá, Márcio Costa. Ele é um dos mais jovens do Brasil.

Passamos ao Pequeno Expediente: 1º orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná todo e principalmente a região dos campos gerais e a nossa Ponta Grossa teve a infelicidade de ouvir, por parte do governo do Estado, o fim do projeto Paraná Urbano. Projeto esse que deu a todos os quadrantes do Estado a desenvoltura das comunidades principalmente na atenção à transitabilidade de cada comuna do Paraná.

A nossa cidade de Ponta Grossa, como todas as cidades do nosso Estado que entraram no programa Paraná Urbano, cumpriram, primeiramente, um projeto técnico a ser ele analisado pela equipe da SEDU, posteriormente por uma equipe de nível internacional dos recursos que foram trazidos ao Paraná e distribuídos em cada cidade do Estado, de acordo com suas vocações, prioridades e necessidades.

Tivemos, em Ponta Grossa, senhor presidente, senhores deputados, os projetos a serem oferecidos dentro dos parâmetros que o nosso orçamento continha e dentro da viabilidade técnica que eram oferecidos os recursos. A primeira, a segunda e todas as etapas foram cumpridas por parte do governo do Estado, depois de um episódio, numa das inaugurações das inúmeras fábricas que se assentaram em Ponta Grossa, mais precisamente na fábrica de correias e pneus, Continental, uma desavença havida, naquela oportunidade entre o prefeito atual de Ponta Grossa, Jocelito Canto e Sua Excelência o governador do Estado, Jaime Lerner, estando Ponta Grossa para receber a última parcela do Paraná Urbano, já aprovado, daquele entretanto Sua Excelência o governador não deu mais condições para que Ponta Grossa recebesse a última parcela do Paraná Urbano. E agora quando vemos que o governador anuncia o fim do programa Paraná Urbano, estamos entrando com requerimento, nesta Casa, e temos a certeza absoluta que a Bancada do Governo, mais precisamente o líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, vai dar à nossa cidade, à nossa região, e também a este Paraná aquele tratamento que é devido, que é o respeito a todas as cidades do nosso Estado principalmente à nossa Ponta Grossa, que antes de acabar, antes de devolver o dinheiro às entidades interna-

cionais que deram o recurso, antes de ser desmobilizado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o programa Paraná Urbano, este dinheiro que vai retornar à origem e não vai ser aplicado na nossa cidade, única e exclusivamente por falta de entendimento entre o prefeito atual e o governador do Estado, acredito e tenho certeza absoluta que a cidade não pode ser penalizada por uma ou por outra posição assumida pelo governador ou pelo prefeito da cidade. Os projetos estão aprovados, as verbas são carimbadas e o destino a ser oferecido é tão somente para a comunidade pontagrossense, são ligações de bairros, são asfaltamento de linha de ônibus, são construções de creches, são enfim, obras que vão de encontro ao que é necessário para o meio social e o meio comunitário da Princesa dos Campos.

Queria, senhor presidente, senhores deputados, contar com a bancada do governo, para que pudéssemos até o final do ano liberar esse dinheiro e ter não só o atual prefeito como não terá tempo suficiente, mas o futuro prefeito de Ponta Grossa terá oportunidade e o meio pelo qual esses projetos que foram feitos não nessa atual administração do prefeito Jocelito Canto, mas na administração anterior de Paulo Cunha Nascimento, quando ofereceu a capacidade de endividamento da cidade de Ponta Grossa, quando foram pela equipe técnica aprovados os projetos relacionados a pedidos a instituições financeiras internacionais, quando recurso a ser oferecido foi aprovado pelo Conselho e quando agora temos a oportunidade de implantá-los, não é - senhores deputados e senhora deputada Serafina, - fazer com que a cidade seja penalizada por uma briga entre o prefeito e o governador do Estado. O prefeito vai sair no dia 31 de dezembro deste ano. A partir do próximo ano teremos um novo prefeito, e tenho certeza, senhor presidente que nesta filosofia de respeito do novo prefeito, teremos a oportunidade com a liberação desta última parcela a realizar as obras na nossa cidade.

Obrigado senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Consulta as Lideranças do PL, PST, PSL, PT, PPB.

(Declinam)

Liderança do PMDB, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, primeiramente quero cumprimentar, saudar a presença no Plenário, do prefeito eleito de Santana do Itararé, meu amigo Jorge K. da Silva, do prefeito, atualmente, Juca, que com muita determinação está procurando governar aquele município encravado no interior do nosso Paraná.

Mas venho a esta tribuna, senhor presidente, para voltar a abordar o assunto relacionado ao pedido de infor-

mações dirigido ao secretário de Estado do Meio Ambiente, ex-secretário de Estado do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura de triste memória.

Este cidadão, que não entendemos como permaneceu no governo por 6 anos, e que pouquíssima coisa produziu ao Paraná, a não ser uma grande quantidade de escândalos na sua pasta. Os jornais, a Rede Globo de Televisão fez um acompanhamento sobre o canal da barragem em Foz do Iguaçu, aonde o Tribunal de Contas multou o indigesto secretário em 20 milhões de reais, acusando-o de ter feito uma obra super faturada e a obra inacabada.

Agora, senhor presidente, no dia 07 de agosto, próximo passado, aprovamos, o Plenário desta Casa aprovou o Requerimento e no dia 15 de agosto, o 1º secretário deputado Hermas Brandão encaminhou ao destinatário, o secretário Hitoshi Nakamura o nosso Pedido de Informação. Até a presente data ainda não recebemos qualquer resposta.

Não sei o porquê, que o secretário Hitoshi Nakamura está temeroso, com receio de responder perguntas tão fáceis. O que é que a Assembléia Legislativa do Paraná pediu, ao indigesto secretário do Meio Ambiente do Paraná? Quisemos saber o seguinte: de janeiro de 1995, até a presente data, quantas obras foram executadas pela Pasta do Meio Ambiente e suas respectivas empresas subordinadas, o IAP, a SEMA?

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura permita-me um aparte, acredito que possa contribuir com o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Pois não, deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura recebo aqui neste momento, o encaminhamento do 1º Secretário do seu requerimento aonde pedia várias informações da Secretaria do Meio Ambiente. O requerimento foi aprovado, foi encaminhado pelo 1º secretário dessa Casa, Hermas Brandão, no dia 14 de setembro de 2000. A Secretaria do Meio Ambiente tem 30 dias para fornecer estas informações.

Então acredito que Vossa Excelência está se precipitando neste momento em julgar que as informações não serão prestadas a esta Casa.

Quero dizer à Vossa Excelência que o requerimento foi aprovado, é regimental que estas informações têm que ser prestadas dentro de 30 dias. Gostaria que Vossa Excelência não fizesse seu pré-julgamento antes que as informações fossem prestadas, porque há interesse da Liderança do Governo, há interesse do Governo em prestar estas informações, para Vossa Excelência.

Vossa Excelência tendo estas informações, aí poderá fazer uma análise desta situação e, aí sim, fazer esse pronunciamento que acredito que Vossa Excelência

está fazendo antecipado, antes de chegar às informações que serão prestadas pelo secretário.

Agradeço o aparte, apenas para informar a Vossa Excelência e dar o meu ponto de vista sobre esta questão que acredito que esse seu pronunciamento está sendo inoportuno, porque Vossa Excelência deveria no meu entendimento aguardar as informações que virão do ex-secretário do Meio Ambiente do Paraná.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Valdir Rossoni, a minha paciência é igual à paciência de Jó. Aprovamos esse requerimento aqui no dia 7 de agosto, e no dia 15 de agosto o secretário Hermas Brandão conforme documentos que possui em mãos, dia 15 de agosto o secretário Hermas Brandão encaminhou a Secretaria do Meio Ambiente.

O Sr. Valdir Rossoni

Aí Vossa Excelência tem que conversar com o 1º secretário da Casa, porque tenho aqui Sistema Integrado de Documentos o encaminhamento do documento no dia 14 de setembro. Aí é um problema do secretário. O secretário não pode adivinhar o seu requerimento.

O SR. NEREU MOURA

Possuo em mãos documentos encaminhados no dia 15 de agosto.

Supomos que a data que Vossa Excelência está falando fosse verdadeira, ainda o secretário do Meio Ambiente Hitochi Nakamura já estaria incorrendo em crime de responsabilidade, porque passou dos 30 dias e não cumpriu com o seu dever constitucional de prestar informações à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Diz o artigo 55 da Constituição do Paraná.

“A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos secretários de Estado ou a quaisquer das pessoas referidos no inciso 34º do artigo 54 da Constituição do Paraná. Importante em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como, a prestação de informação falsa”.

Se for levado em conta o documento que possuo em mãos, assinado pelo deputado Hermas Brandão, Ofício nº 1213, datado de 15 de agosto, já faz 90 dias que o secretário Nakamura recebeu o ofício e não respondeu. Levando-se em consideração a informação do líder do governo que seria no mês de setembro que o secretário teria recebido o ofício da Assembléia, ainda aí já passou o período constitucional que deveria ter respondido a esta Casa.

Quero dizer que as perguntas são simples e fáceis. Não há nenhuma maldade nas perguntas que formulamos e não conseguimos entender porquê da demora do secretário do Meio Ambiente que fez um montão de coisa feia, que praticou um montão de fiasco naquela Secretaria, ainda não respondeu e não sabemos o porquê.

Eu estava lendo as perguntas. A segunda pergunta: queremos saber discriminadamente obra por obra qual foi a modalidade licitatória utilizada para contratação das obras, se foi através de dispensa de processo licitatório, carta-convite, tomada de preços ou concorrência pública. Queremos saber também quais foram as empresas que ganharam cada licitação e se é a mesma empresa que executou ou está executando os serviços, se as obras ainda não foram concluídas.

Queremos também saber o valor original de cada obra e os reajustes efetivados em cada obra se é que eles aconteceram. Queremos saber qual a situação física de cada obra e qual o desembolso realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Queremos, enfim, um raio X desta questão.

O Sr. Ricardo Chab

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Estou ouvindo atentamente Vossa Excelência e não quero entrar no mérito da data, mas me ocorre uma indagação, na condição de parlamentar e como estou sentindo que o senhor está bem envolvido com o assunto: o secretário que o senhor cita não é mais secretário de Estado. Como é que fica essa questão? Sei que ele tem a responsabilidade de prestar contas à Assembléia, mas quero colocar só essa questão, em se tratando de uma pessoa que já deixou o governo. É só uma colocação que faço no sentido de levantar uma questão por esta Casa, porque acho que jamais, aprovado um pedido de informação por esta Casa, alguém pode se furtar de prestar esclarecimentos à Casa. Acho que é uma prerrogativa nossa, parlamentar e que não podemos abrir mão em hipótese alguma e agora ainda mais nesse episódio onde, lamentavelmente, a pessoa que o senhor cita, já não é mais secretário de Estado.

Faço esse ponto de interrogação dentro do seu pronunciamento. Obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte e efetivamente é algo que deveremos estudar para podermos, se a lei não prevê a punição para quem tenha saído do governo, temos que alcançá-lo, porque não pode um cidadão que eventualmente tenha cometido crime no trato da coisa pública, ao deixar o cargo, deixar de ter a sua punibilidade e o secretário Nakamura, e não queremos em hipótese alguma, dizer que ele seja responsável por qualquer desvio enquanto não tivermos a comprovação dos delitos.

O Tribunal de Contas do Paraná, divulgou que há crime sim praticado pela Secretaria do Meio Ambiente, inclusive com uma multa de 20 milhões de reais por uma obra superfaturada e paralisada em Foz do Iguaçu mas queremos o preto no branco, os documentos, para que possamos estudá-los e descobriremos se há a culpa do

secretário e, havendo a culpa, o punirmos, rigorosamente, para que o dinheiro público seja respeitado para o bem do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa informa ao Deputado que ocupou a tribuna, que as duas datas citadas pelo sistema integrado de documentos da Assembléia, independente de uma ou de outra, pelas duas o prazo do artigo 55 da Constituição está vencido. De qualquer forma, a Constituição diz com clareza que o não atendimento, bem como a prestação de informação falsa no período de 30 dias, implica em crime de responsabilidade. E o crime de responsabilidade não se extingue pelo fato do cidadão permanecer ou não no cargo.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Neste caso, havendo a comprovação do crime, a quem cabe a responsabilidade da punição: à Mesa da Assembléia ou ao deputado autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Nereu Moura, como estou na Mesa, atendendo, a Mesa, provocada pelo deputado, tomará as providências.

O SR. NEREU MOURA

Solicito a Vossa Excelência que tome as providências uma vez que já está claro o crime de responsabilidade praticado pelo secretário Hitoshi Nakamura.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Apenas solicito a Vossa Excelência que formalize por escrito.

No Horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiramente queria fazer um registro na Casa, a respeito de um evento que considero de grande magnitude, que aconteceu dia 20 aqui em Curitiba, sobre Educação Especial - o III Congresso sobre Educação Especial - III Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down. É um assunto novo, mas que vem a cada dia, ganhando mais as discussões em termos de educação, assistência social em todo nosso Brasil e que, além de trazer termos novos para nosso vocabulário, cria uma nova realidade para uma parcela muito significativa da nossa sociedade.

Cerca de 10%, segundo dados estatísticos da ONU, a população brasileira, porta algum tipo de deficiência. E a grande discussão, no momento, é como proceder, como processar a inclusão dessas pessoas na nossa sociedade. Principalmente em termos de educação nas escolas regulares e no mercado de trabalho.

Participei deste seminário e confesso que fiquei muito impressionado pelos avanços que a sociedade vem conseguindo, através das entidades organizadas nessa área de educação especial, através dos órgãos governamentais, federal e estadual, através do envolvimento de pais dessas pessoas portadores de necessidades especiais e, também vi com bons olhos a organização que acontece, de forma muito acentuada, dos próprios portadores de deficiência lutando, brigando pelos seus direitos.

Hoje o tema usado não é mais integração à sociedade e sim o termo usado é a palavra inclusão. Aliás, esse era o tema nesse congresso: “Inclusão: como cumprir com este dever!”

Então, registro nos Anais desta Casa, esse evento, por considerar que, sem dúvida, registrou os avanços até agora conseguidos e, certamente, demarcará o terreno, o espaço para novas lutas, visando o avanço da sociedade no sentido de incluir as pessoas portadores de deficiências especiais na nossa sociedade.

Na condição de Líder do PSDB, gostaria de registrar também, que o nosso Partido, através de uma reunião formal do diretório estadual, na última sexta-feira aqui na Capital do Estado, também realizou uma reunião ordinária, formalmente convocada para deliberar diversos assuntos e apreciar o processo sucessório que acabamos de enfrentar em todo o Estado do Paraná. A avaliação que nós, do PSDB fizemos, é que houve avanços, o PSDB elegeu 97 prefeitos na última eleição, na eleição anterior tinha eleito 74 prefeitos. Naturalmente, não tínhamos como deixar de avaliar alguns reveses que sofremos. Por exemplo, Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá, é uma coisa inevitável. Mas a conclusão final é de que o Partido cresce, se consolida, avança e marcha, naturalmente visando uma eleição de 2002 com candidato próprio ao governo do Estado, buscando aliança, naturalmente, com outras forças políticas do Estado do Paraná.

O Partido avaliou também e deliberou sobre a dissolução do Diretório Municipal da cidade de Cascavel, também sobre a dissolução do Diretório da Cidade de Colorado e, acatando moção apresentada pelo deputado José Maria Ferreira, fechou questão, aprovou e fechou questão, impondo a nossa Bancada do PSDB aqui nesta Casa, a obrigação até de apoiarmos a implantação de duas CPI's para investigar denúncias, notícias a respeito de dois fatos específicos: a implantação do pedágio no Estado do Paraná e também a apuração de eventuais irregularidades sobre os Jogos Mundiais da Natureza.

Eu, como líder da Bancada do PSDB não poderia proceder de forma diferente, reuni a Bancada ontem, nos reunimos hoje e, naturalmente, temos que acatar e vamos acatar a deliberação do diretório regional. Os detalhes de como, quando, de que forma, vamos formalizar esse processamento, é que estamos estudando, já estamos formalizando, inclusive, os requerimentos pedindo a instalação dessas duas CPI's.

E esperamos avançar nas próximas horas, ou até no máximo, mais tardar, amanhã.

Eram essas as considerações que tinha a fazer.
Muito obrigado!

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

Queria registrar nos Anais da Casa, senhor presidente, a presença de um ilustre vereador da terra do companheiro Nelson Garcia - ele não se encontra neste momento, gostaria de registrar a presença do vereador Davi Benido, que tem feito um trabalho extraordinário, sua esposa cuida de um grande trabalho de ação social, e queremos deixar aqui o registro de sua presença, juntamente com o vereador Pastor Manoel Fernandes, que hoje nos dá a alegria e nos honra estar presentes, aqui, nesta Casa, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PT se fará uso da palavra.
Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Há poucos dias fiz um pronunciamento aqui, nesta Casa, em que falava da situação precária em que se encontravam as estradas estaduais, as famosas PR's do Paraná esburacadas e tudo mais.

Acabei de receber um ofício da Câmara Municipal de Paranavaí, em que o senhor presidente encaminha a mim e a outros deputados, um requerimento, em que diz o seguinte:

(Lê):

“Pleiteando junto ao governo do Estado e ao secretário dos Transportes, esforço no sentido de execução de obras de recapeamento asfáltico na via estadual PR, existente em Paranavaí, do Deputado José Afonso de Amaporã. Requeiro, pelo fato de a via estar em estado avançado de precariedade, colocando em risco a vida de muitos habitantes daquela região que dela se utilizam e por nela estarem localizados três importantes indústrias como: Indemil, Avícola Felipe e Amidos Iamakaua. Vinte e três de outubro de outubro de dois mil. Assinado: os senhores vereadores:

E hoje também o jornal Folha do Paraná, coloca no seu caderno Cidades, falando da região de Campos Gerais:

(Lê):

“Programas de estradas acabam em promessas. Dos quatorze municípios conveniados apenas dois tiveram obras concluídas e várias e várias estradas na região dos campos gerais estão esburacadas e sem atenção do governo do Estado.”

No meu primeiro pronunciamento, falei das regiões oeste e sudoeste do Paraná - que conheço bem a situação precária das estradas. Agora, a região de Paranavaí manda um documento, o jornal fala da região

dos campos gerais. Portanto, o Paraná inteiro está em situação calamitosa com relação a asfaltos e às nossas PR's. O governo do Estado do Paraná tem que tomar cuidado, tem que prestar atenção nisso, porque não basta cobrar pedágio nas rodovias federais. O governo se esqueceu de um jogo famoso de baralho, chamado truco: tem que "trucar" o governo federal para trazer recursos para arrumar as estradas.

E não ficar arrumando as estradas do governo federal e abandonar as nossas, do nosso Estado. Tem que aprender a jogar truco este governo do Estado! Vou trazer um baralho e dar de presente ao governador Jaime Lerner, para aprender a fazer política com o governo federal. Não fique com as estradas federais, arrume bonito, cobre pedágio e parta financeiramente o povo paranaense e abandone as estradas, as PR's estaduais.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, o que me traz à tribunal o principal motivo que me traz aqui, é falar de mais um escândalo que envolve o Banestado Leasing, o governo do Paraná e a Seguradora Gralha Azul. O esquema, a quadrilha, o esquema de desvio montado na Banestado Leasing envolvia a Seguradora Gralha Azul. A Seguradora Gralha Azul apresentou em seus balanços, recentemente, um lucro de 123 mil reais. Cento e vinte e três mil reais. Dentre os acionistas da Seguradora Gralha Azul, que vendia serviços de seguros em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, está a empresa Sul América. A Sul América mandou vir para cá um auditor para acompanhar as transações da Gralha Azul. E percebeu que a Banestado Leasing financiava investimentos. E estes investimentos tinham sinistros. Um exemplo bem clássico: uma empresa de computadores comprava cinco mil computadores e financiava pelo Banestado Leasing. Dava lá a quantidade para comprar os computadores. Esta empresa segurava, ali na Gralha Azul e em seguida os computadores pegavam fogo. E o pessoal da Gralha Azul ia lá para verificar o sinistro e avalizava - todo mundo participando do "bolo" - que os computadores realmente tinha pego fogo. E aí pagavam a Banestado Leasing.

Era a triangulação perfeita! Fazia um negócio fraudulento, a Banestado Leasing, segurava e a Seguradora pagava o Banestado Leasing e resolvia o problema. Acontece que a Sul América Seguros identificou o problema e não quis denunciar o problema porque senão perdia tudo o que tinha investido na Gralha Azul. A Gralha Azul é uma empresa que está - segundo os relatórios apresentados por Castilhone Consultoria - também em ritmo de falência. Porque, a invés dos 123 mil reais, camuflaram o relatório e o balanço: tem uma perda de 4,2 milhões de reais de recursos.

A Sul América está fora da Gralha Azul e vários sinistros, como o caso de uma pipoqueira de um empresário em Maringá, fez uma pipoqueira para vender pipoca para a rede de alimentação escolar e também pego fogo

e ele, da Sul América, foi pessoalmente para verificar se realmente tinha pego fogo e na verdade era um pavilhão de outra empresa, não tinha equipamento nenhum dentro e o laudo estava dando como sinistro. E, na verdade não tinha sinistro nenhum.

A triangulação que permitia que várias pessoas dentro da Banestado Leasing, entre elas a família Santos Filho, realizassem negócios com a empresa Sofhar Informática que é uma empresa muito chegada ao governo. Promoveram vários desvios de recursos causando prejuízos incalculáveis à Seguradora Gralha Azul que provavelmente esteja indo à uma situação familiar e só não vai à falência porque tem o resseguro que garante aos segurados a garantia que vão ter seus bens assegurados, seus sinistros indenizados.

Mas, quero deixar à disposição desta Casa este relatório produzido pela Castilhone Business, de contabilidade financeira, que foi divulgado dentro da Sul América, foi entregue aos altos funcionários do Banestado e foi entregue também à Diretoria da Gralha Azul que produziu um relatório falsificado.

A Castilhone apresentou o mesmo relatório junto à Susep que garante, é uma empresa de resseguro e mostra que dentro do Banestado foi produzido um processo de privatização e a Seguradora Gralha Azul era mais uma empresa que deveria bancar as fraudes e a triangulação ilícita que houve entre o tomador de empréstimo, Banestado Leasing e Gralha Azul.

O escândalo da Banestado Leasing só foi trazido à tona porque o Gralha Azul não suportou pagar todos os sinistros falsos que foram produzidos para que a seguradora pudesse fazer a indenização. E, a Sul América só não denunciou antes a Gralha Azul, porque não tinha interesse de perder tudo que tinha investido nela.

Agora que a Sul América saiu fora, deixou este relatório das fraudes que foram produzidas dentro da Gralha Azul.

Então, vejam que não sobra nada neste governo que não tenha patifaria e desvio de recursos. Mais um está à disposição. Se quiserem abrir uma CPI do Banestado Leasing e Seguradora Gralha Azul, está aqui o documento com todas as comprovações e estou à disposição para quem quiser consultar.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Liderança do PTB.

(Declina)

Pela Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna neste momento para, em nome da Bancada das Oposições, manifestar mais uma vez a nossa preocupação com referência ao assunto CPI. Ainda há pouco ouvimos o líder do PSDB, deputado Sérgio Spada de que a Bancada pedebista na Assembléia, decidiu-se

por assinar a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza e a CPI que envolve a instituição do pedágio das rodovias integrantes do anel de integração rodoviário do Paraná.

Para nós, no primeiro momento, isto nos traz uma alegria e satisfação porque há mais de dois anos, através dos parlamentares oposicionistas e em silêncio através de alguns parlamentares ligados ao governo, temos buscado através de participações em seminários e reuniões, em movimentação dos caminhoneiros, esclarecimentos acerca da implantação do pedágio e devo dizer que apesar de todas as reuniões, inclusive como secretário Heinz Herwig aqui no Plenarinho da Assembléia, as informações trazidas não foram suficientes a nós deputados da Oposição e também a deputados do governo que já assinaram a proposta da CPI do Pedágio.

Não foram suficientes também aos deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab que protocolaram semana passada, requerimento de pedido de informações acerca do aumento anunciado da tarifa de pedágio para o próximo dia 1º de dezembro.

De outro lado está a questão dos Jogos Mundiais da Natureza. Depois de quase três anos da sua realização, semana passada, finalmente, com a participação dos parlamentares ligados ao governo, conseguimos aprovar um requerimento de pedido de informações. E, também por sugestão da Bancada Oposicionista e de alguns parlamentares do governo, iniciamos a coleta de assinaturas para concretizarmos o desejo de que tivéssemos também uma CPI nesta Casa a respeito dos Jogos Mundiais da Natureza.

Por iniciativa do deputado José Maria Ferreira e, certamente, de outros integrantes do PSDB, o diretório estadual tomou uma decisão, na última semana, e adotou a postura de fechamento de questão para que os deputados firmassem este requerimento de constituição da CPI do Pedágio e dos Jogos da Natureza.

Isto sim nos traz satisfação e alegria. O que nos deixou um pouco desalentado, foi a notícia de que o PSDB assinará as CPI's mas não aquelas que os deputados da Oposição e alguns do governo já firmaram ao longo destes mais de doze meses de luta para implantar a CPI.

Mas, que estaria vindo uma nova proposta de CPI fugindo à tradição desta Casa onde todas as CPI's funcionaram com o número de 7 parlamentares titulares e 7 suplentes. Mas, dentro de uma prática nova estabelecida por uma manobra governamental de fazer CPI's com 11, 12, 13 parlamentares.

É evidente que uma proposta de CPI com 7 membros, como é a tradição desta Casa, dá a nós da Oposição uma condição maior de trabalhar, dá a nós uma condição de investigação maior, do que se for uma CPI constituída por onze ou treze parlamentares. Fica evidentemente parecendo a nós, que é mais uma tentativa de se fazer uma investigação, para não se investigar. De se fazer uma CPI, para não se chegar às conclusões, que deveríamos chegar.

Confesso que o assunto, por enquanto chegou a nós, através de informações ainda não oficiais. Mas vamos, já de imediato, após a sessão plenária, reunir a nossa Bancada de Oposição. Esperamos poder, inclusive, ter uma reunião que estava marcada, para ontem, com o deputado Sérgio Spada. Fizemos uma tentativa de conversar com ele, no dia de ontem - não foi possível. Que possamos ter essa conversação, hoje, para saber efetivamente, qual a postura que a bancada do PSDB adotará, com relação a CPI do Pedágio e à CPI dos Jogos Mundiais da Natureza. Se confirmadas todas essas informações, registro, sim, aqui, a alegria, por ver essas duas CPI's funcionando e tendo o apoio da Bancada do PSDB.

Mas manifesto aqui minhas dúvidas, em meu nome e da Bancada Oposicionista, se uma CPI de novo, com onze membros, dará a esta Casa a condição investigatória, que ela precisa ter.

Faço esse registro e ao final dessa sessão, já estaremos com os nossos deputados da oposição convocados, para avaliarmos as notícias que estão chegando a nós, acerca dessas duas propostas de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do Governo, se fará uso do seu horário.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Tony Garcia e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. **Encaminhe-se à Comissão Executiva para Parecer.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99, anexo o Projeto de Lei nº 159/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que fica autorizado o governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução de taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento), sobre o montante do valor da fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários mínimos. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 267/99.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Shalon de Serviço Social, com sede em Morretes. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão. COM PARECERES FAVORÁVEL DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 653/99.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que obriga o concursado a cargo público a apresentar sua declaração de renda. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 340/2000**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 340/2000, tem por objetivo alterar o artigo 1º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A administração pública estadual, para efeito de provimento de cargo de confiança ou em virtude

da aprovação em concurso público, deverá exigir dos interessados a respectiva declaração de renda e de bens adquiridos até a data de sua nomeação”.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro, Antonio Carlos Belinati, Cesar Seleme, Hermas Brandão e Antonio Baratter.

O projeto retorna à CCJ, para parecer sobre a Emenda.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho de Antonina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação de Espírita Jesus e Maria, com sede em Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, em nº de 02, de autoria dos senhores deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 374/2000**

Emenda Supressiva: Suprima-se o artigo 6º do Projeto de Lei nº 374/2000:

Art. 6º - suprimido.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Valdir Rossoni, Ademir Bier e Edgar Bueno.

JUSTIFICATIVA:

Dispõe o artigo ora suprimido sobre redução de honorários advocatícios para no máximo 10%. Tal dispositivo extrapola a competência legislativa estadual, uma vez que honorários advocatícios são de competência federal, regulados pela lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

cia e da OAB), devendo pois tal dispositivo ser excluído deste projeto de lei sob pena de inconstitucionalidade.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Emenda Modificativa: altera a redação do § 1º, do artigo 4º, suprimindo sua parte final, ficando com a seguinte redação:

§ 1º - o requerimento sujeitar-se-á a exame pela Procuradoria Geral do Estado, no prazo de cinco (05) dias.

Sala das Sessões, em 21.11.2000.

(aa) HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ademir Bier e Edgar Bueno.

JUSTIFICATIVA:

A redação original do referido parágrafo, prevê que a Procuradoria Geral do Estado (PGE), possa indeferir o requerimento apenas por vício formal. Ora, tal restrição é desprovida de qualquer sentido, por duas razões básicas: primeiro porque o papel da PGE no caso é opinativo, ela emite parecer e não competência para deferir ou indeferir sobre a matéria; segundo porque cabe à PGE analisar todos os requisitos legais da transação, inclusive se o requerimento preenche ou não as exigências da lei que autoriza tal procedimento. Desta forma, faz necessário esta emenda para que seja expurgado do texto do Projeto de Lei tais impropriedades.

O projeto retorna à CCJ, para parecer sobre as emendas.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2000, de autoria do deputado Toni Garcia, que autoriza o Poder Executivo a implantar o salário mínimo de R\$200,00 (duzentos reais) no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 048, de 10.05.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 141/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Toni Garcia, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar o salário mínimo de R\$200,00 (duzentos reais) no estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 141/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Toni Garcia, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar o salário mínimo de R\$200,00 (duzentos reais) no Estado do Paraná.

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme atribuição conferida pelo § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos favoravelmente a aprovação da matéria, na forma da Emenda Modificativa anexa, objeto deste parecer, já que a mesma está em conformidade com a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2.000, especificamente o disposto no artigo 1º da referida Lei Complementar Federal.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 141/2000

SÚMULA:

Altera o artigo 2º do Projeto de Lei nº 141/2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Os benefícios de que trata esta lei, serão pagos a partir do dia 1º de janeiro de 2001.”

Sala das Comissões, em 20.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 141/00

Projeto de Resolução altera a redação do Artigo 7º, da Resolução nº 159/90, do Regimento Interno desta Casa, antecipando a eleição da Presidência e demais cargos da Mesa, da Assembléia Legislativa.

O projeto devidamente apoiado pelos senhores parlamentares regimentalmente suficientes.

Encaminho o projeto para a Comissão Executiva, para parecer e retorna posteriormente.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para solicitar a Vossa Excelência que desconsidere a nossa assinatura em relação a este documento, visto que quando assinamos não conhecíamos o inteiro teor deste requerimento. Agora que acabamos de tomar conhecimento da intenção do requerimento nós então discordamos, em primeira

mão e pedimos para reiterar o nosso apoioamento que nele consta.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Apenas para que a Mesa Diretora mesmo possa prestar estas informações, eu solicito, mais uma vez, a Vossa Excelência que informe a todo plenário, qual será o desenrolar deste projeto para parecer e retorna para votação. As emendas para este projeto serão apresentadas quando ele figurar na Ordem do Dia, para votação ou pode já, a partir de agora? É esta a indagação que alguns parlamentares fizeram e eu gostaria que a Mesa respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Respondendo ao deputado Orlando Pessuti das modificações do Regimento Interno, porque é uma modificação do Regimento Interno, não é, deputado Pessuti. Então ela será modificada por Projeto de Resolução, que é o caso, cabendo à Comissão Executiva dar parecer sobre qualquer projeto neste sentido.

O projeto vai para o parecer da Executiva depois será publicado e distribuído e será submetido à discussão em dois turnos, em Sessão Plenária. Na segunda votação, portanto, caberá a Emenda de Plenário que será apreciada da mesma forma pelo Plenário.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk e Nereu Moura, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2245, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Antonio Annibelli e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE Caíto Quintana)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2198, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Zuk, Ricardo Maia e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Questão de Ordem com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Conversei com o deputado Ricardo Chab e com o deputado Algaci Tulio, nós estamos providenciando essas informações e fizemos um acordo para que fosse retirado o requerimento, para que me desse tempo para prestar essas informações.

Gostaria de saber da posição do deputado Algaci Tulio e do deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

O deputado Algaci Tulio se ausentou da sessão, porque ele tinha uma reunião, presidente, na CPI, agora com o Ministério Público, na condição de presidente. Eu como um dos autores do requerimento concordo que há um entendimento de minha parte e do deputado Algaci Tulio, o líder do governo, dizendo que coloca para nós a posição do teor do requerimento, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto os autores Algaci Tulio e Ricardo Chab se estão retirando o requerimento.

O SR. RICARDO CHAB

Conforme acordado, uma semana o deputado Valdir Rossoni, nos apresenta as informações do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

O requerimento deixa de ser votado, portanto por solicitação dos autores.

Requerimento nº 2161, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Irineu Colombo e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos 2180 e 2181, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2195, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2201 e 2202, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2203, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2204, 2205, 2206, 2208, 2234, 2235, 2236 e 2237, de autoria do senhor deputado Algaci

Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2211, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2214, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2215 a 2217, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2218, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2219, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2220 a 2223, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2224 e 2253, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2250, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2225, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2227, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2230, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2248, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2249, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2251, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2252, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2246, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoimentos dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Nereu Moura, constantes do expediente. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Vai se proceder a Verificação de Votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço para encaminhar o requerimento, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, já está em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Mas, justamente eu quero encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Orlando Pessuti, nós estamos num processo de verificação. Faremos a verificação e considerarei a Vossa Excelência a posteriori o direito do encaminhamento do voto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Então requeiro a Vossa Excelência, se possível, não sei se é, que se fizesse a leitura do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Solicito que o senhor 1º Secretário proceda a leitura do requerimento, antes da verificação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hidekazu Takayama**)
(**Procede à leitura do requerimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Dado ciência do teor do requerimento, vai se proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Onze aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e sete senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 053, 186, 326, 328 e 337/2000

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 086, 088, 177, 296, 363 e 369/2000

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 031ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

21 DE NOVEMBRO DE 2000

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hidekazu Takayama e Carlos Simões.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 053/00, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico, “Cola de Sapateiro”. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 053/00

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir em todo o território do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, o controle e o receituário das empresas que exercem o comércio de produtos cuja composição contenha o solvente hidrocarboneto aromático (tolueno) - “cola de sapateiro”.

Art. 2º - O receituário comercial, em impresso padronizado, terá por finalidade a identificação do consumidor.

Art. 3º - A venda do produto será facultada a pessoas físicas ou jurídicas cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sendo proibida a venda do produto a menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 4º - Para o cumprimento desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/00, de autoria do deputado Ademir Bier e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná, na Rede Mundial de Computadores - Internet e dá outras providências. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 186/00

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através do Departamento de Imprensa Oficial, a disponibilizar as informações constantes no Diário Oficial, na Rede Mundial de Computadores - Internet.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 326/00, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter mediante doação, imóvel que especifica, a Prefeitura Municipal de Mallet. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 328/00, de autoria do deputado Algaci Tulio e outros, que autoriza o Poder Executivo a denominar o prédio sede do governo estadual, como Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 328/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do governo estadual como Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 337/00, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994 (Comec). **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 22, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 097/99, 179 e 226/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 26/2000.

Levanta-se a sessão.